

C.ª, L.ª, Lisboa, Papelaria Luso-Brazileira, 1925; PASCOAL, Carlos, *Fichas da Madeira, 1793-1920*, Lisboa, Numisma, 1988; REIS, Jaime, «Portuguese banking», in *Handboob on the History of European Banks*, Halderhot/Vermont, Edward Elgar, 1994; SILVA, Fernando Augusto da, e MENESES, Carlos A., *Elucidário Madeirense*, vol. I, 4.ª ed., Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1998 [fac-símile da edição de 1940]; SOA-

RES, João, *A Revolta da Madeira: Documentos*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, abril de 1979; Legislação: Decreto n.º 10 634, de 20 de março de 1925; Decreto-Lei n.º 41 403, de 27 de novembro de 1957; *Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 289, de 12 de dezembro de 1958; *Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 283, de 7 de dezembro de 1966.

DMF

BRAZILIAN AND PORTUGUESE BANK (1863-1866)

O início da década de 60 do século XIX foi marcado pela entrada, no panorama bancário português, de dois grupos financeiros distintos com sede e capitais vindos de Londres, cujo objetivo assentou no desenvolvimento do eixo económico de Portugal, Brasil e Inglaterra. O primeiro passo deu-se através de decreto, expedido em 25 de fevereiro de 1863, para a instalação de filiais do London and Brazilian Bank* (Valério, 2004: 126), a que se seguiu a entrada no País do Brazilian and Portuguese Bank Limited, com a autorização governamental, dada em 15 de dezembro de 1863, para a abertura de sucursais em Lisboa e no Porto (Freitas Júnior, 1867: 105). Sediado na cidade de Londres, a fundação do Brazilian and Portuguese Bank Limited reportou-se aos primeiros meses do referido ano, com o capital social dividido em 50 000 ações de £20 cada uma, perfazendo um total de £1 000 000 (*The Solicitors' journal & reporter*, July 4, 1963: 667; Graham, 1972: 96; Bordo, Cortés-Conde, 2001: 368), ao firmar ainda a possibilidade de, no futuro, mediante o sucesso proveniente da própria atividade, proceder-se a um aumento de capital (*The Banker's magazine*, vol. XXIII, 1863: 638-639). Das ações a emitir, somente 35 000 foram disponibilizadas na praça lon-

drina, dirigindo-se as restantes 15 000 para o mercado brasileiro e português (*ibidem*). Com sede situada em No. 30 St. Helen's Place (*The Banker's magazine*, vol. XXV, 1865: 842), a administração foi constituída por membros proeminentes do mercado económico londrino, entre eles John Knowles — dirigente da Messrs. Knowles and Foster —, G. T. Brooking e W. Bevan. A necessidade de proceder à descentralização da gerência levou à criação de um conselho de administração no Brasil, onde participaram como diretores Rodrigo Pereira Felício e João José dos Reis (*The Banker's magazine*, vol. XXIII, 1863: 638-639). Após a autorização para a abertura da filial do Rio de Janeiro, dada por decreto de 28 de dezembro de 1863 (*The empire of Brazil at the Paris International Exhibition of 1867*: 1867: 68), as operações do Banco iniciaram-se em toada ascendente, realizando, já no ano de 1864, operações de importância considerável, segundo um relatório do cônsul britânico no Brasil (*Commercial Received at the foreign office from her Majesty's Consuls...*, 1865: 72). A conjuntura de crise financeira que abalou o Rio de Janeiro nos inícios de setembro de 1864, que teve como mote o encerramento da casa bancária do imigrante português António José de Alves Souto — conhecida como a «Crise

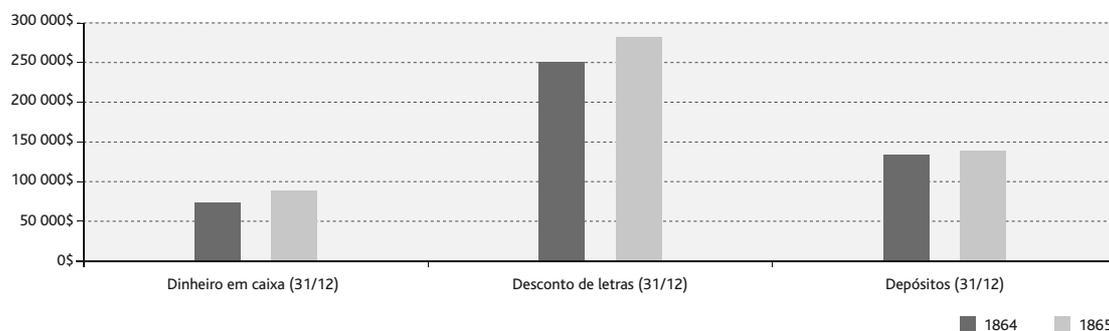
do Souto» — e o desencadear, no final do mesmo ano, da guerra com o Paraguai, constituiu-se nos grandes entraves ao desenvolvimento da instituição, como esclarece o relatório apresentado na assembleia geral de maio de 1865. As medidas implementadas passaram pela nomeação de uma nova administração no Brasil e pela retenção do total dos lucros auferidos no ano anterior (£27 283), com o intuito de serem utilizados na cobertura de eventuais perdas, que, à época, se fixavam em £40 000 (*The Railway News*, May 20, 1865: 506; June 3, 1865: 562). Ainda que o ano seguinte os rendimentos fossem mais animadores, como mostra a distribuição de um dividendo de 3% por cada ação (*The Railway News*, October 27, 1866: 442), os fracos resultados atingidos pelo Banco determinaram a convocação de uma assembleia geral extraordinária realizada nos inícios de 1867, nas instalações da sede em St. Helen's Place, onde foi aprovada uma completa reorganização da casa de crédito, que, inclusive, passou pela mudança da sua nomenclatura, adotando o nome de English Bank of Rio de Janeiro, Limited (*The Banker's magazine*, vol. XXVI, 1867: 68). As vicissitudes do Brazilian and Portuguese Bank Limited em território português coincidem com as da casa mãe e da filial brasileira. Após a aprovação do governo para a abertura de sucursais em Lisboa e Porto, dada em 15 de dezembro de 1863 (Júnior, 1867: 105), o organismo bancário anunciou aos subscritores a chegada de Londres dos certificados de ações, com o seu levantamento disponível na sede do Banco União*, situada no Porto (*O Jornal do Porto*, n.º 287, de 17 de dezembro de 1863: 3; n.º 288, de 18 de dezembro de 1863: 4; n.º 288, de 19 de dezembro de 1863: 4; n.º 290, de 21 de dezembro de 1863: 4; n.º 293, de 24 de dezembro de

1863: 3; n.º 296, de 29 de dezembro de 1863: 4). Logo nos primeiros dias de 1864, a instituição publicitou a abertura das instalações na cidade invicta encarregadas de «todos os negócios do Banco», com a presidência da direção entregue nas mãos do visconde de Pereira Machado, seguindo-se como diretores o barão de Nova Cintra, Francisco Ponto Bessa e Ricardo Hat Noble e como secretário Alfredo Allen (*O Jornal do Porto*, n.º 3, de 5 de janeiro de 1864: 3; n.º 4, de 7 de janeiro de 1864: 4; n.º 5, de 8 de janeiro de 1864: 4). O vocábulo empregue à referida repartição bancária varia consoante as fontes compulsadas, sendo comumente apresentada como filial, sucursal e agência, sem que existisse a preocupação de estabelecer em concreto qual seria a sua verdadeira tipologia. A partir de um anúncio publicado em 1866, as dúvidas parecem dissipar-se, com a apresentação das instalações do Porto com o estatuto de filial e a existência de uma agência em Lisboa, a qual se juntam outras no continente europeu e em duas cidades brasileiras: «The Brazilian and Portuguese Bank (Limited). No. 63, Rua Direita, Rio de Janeiro. Capital, £1,000,000/Paid Up, £500,000. With power to increase. Head Office: 13, St. Helen's Place, London. Oporto Branch: Rua Dis Ingleys [sic], Oporto. Agencies in Lisbon, Paris, Hamburg, and other cities of Europe; and in Brazil, at Pernambuco and Bahia. Allows Interest on Deposits, Grants Letters of Credit, Issues Drafts of Exchange, Purchases Bills, and transacts all kind of Banking Business.» (Scully, 1866 [s. p.]) Os dados estatísticos recolhidos a partir da atividade desenvolvida em Portugal evidenciam a realização das típicas operações bancárias — *Descontos de Letras e Depósitos* —, embora não existam quaisquer quantias referentes a empréstimos.

O volume das operações foi relativamente baixo, em comparação com as principais instituições financeiras presentes no mercado bancário (*Annuario Estatístico do Reino de Portugal 1875, 1877: 360-367*), ao atingir, em 31 de dezembro de 1864, a quantia dos 133 064\$350 réis nos *Depósitos* e os 250 346\$270 réis nos *Descontos de Letras*. Os resultados anuais de 1865 demonstram um ligeiro aumento em todas as categorias, como é visível, por exemplo, na rubrica *Dinheiro em Caixa*, que cresceu mais de 17 000\$000 de réis, ao fixar-se nos 89 815\$075 réis (gráfico). Os maus resultados obtidos pela instituição nas suas principais dependências (Londres, Brasil e Porto) e, em particular, nos valores exíguos das operações efetuadas na repartição portuense estão na base do encerramento de portas

da filial portuguesa, em 29 de setembro de 1866, onde foram empregues parte dos lucros da sociedade auferidos nesse ano (£79 077) para colmatar encargos e respetivos prejuízos (*The Bankers' magazine*, vol. XXVI, 1867: 687). O último balancete da sucursal, datado de 31 de agosto de 1866, comprova as dificuldades existentes, num organismo autónomo que possuiu 6 750 000\$000 de capital integralmente emitido, revisto em 15 000 ações de £100 cada uma (quadro). As fontes consultadas não permitem conhecer as vicissitudes da agência de Lisboa do Brazilian and Portuguese Bank Limited, embora a sua existência não tenha ultrapassado o ano de 1866 (Júnior, 1867: 105; *Annuario Estatístico do Reino de Portugal 1875, 1877: 361*).

GRÁFICO — **Brazilian and Portuguese Bank (1864-1865)**



Fonte: *Annuario Estatístico do Reino de Portugal, 1875, 1877: 360-367*.

QUADRO — **Brazilian and Portuguese Bank (agência do Porto)**

Balancete de 31 de agosto de 1866

Ativo		Passivo	
Dinheiro em caixa	36 918\$416	Depósito à vista	58 658\$478
Créditos sobre outros bancos e caixas filiais	84 871\$346	Depósito a prazo fixo	103 371\$245
Letras descontadas a receber	259 202\$946	Credores diversos, outros bancos e caixas filiais	215 745\$495
Diversas contas	976\$860	Letras a pagar	4 194\$350
Total	381 969\$568	Total	381 969\$568

Fonte: *O Jornal do Porto*, n.º 203, de 7 de setembro de 1866: 4; n.º 204, de 8 de setembro de 1866: 4.

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA DA COLÓNIA/PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE (1928-?)

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Anuario Estadístico do Reino de Portugal. 1.º Anno. 1875, Lisboa, Imprensa Nacional, 1877; BARKER, Charles, *The Joint Stock Companies' Directory for 1867*, London, John King & Co., Limited, 1867; BORDO, Michael D., e CORTÉS-CONDE, Roberto, *Transferring wealth and power from the old to the new world: monetary and fiscal institutions in the 17th through the 19th centuries*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001; *Commercial Received at the foreign office from her Majesty's Consuls between July 1st and December 31st, 1864*, London, Harrison and Sons, 1865; "English Bank of Rio de Janeiro, Limited", in *The bankers Magazine, journal of the money market and commercial digest*, vol. XXVII, January to December, 1867, pp. 687-691; GRAHAM, Richard, *Britain and the onset of modernization in Brazil 1850-1914*, Cambridge, Cambridge University Press, 1972; JÚNIOR, J. J. Rodrigues Freitas, *Notice sur le Portugal*, Paris, Imprimerie Administrative de Paul Dupont, 1867; *O Jornal do Porto*, 1863-1866; JOSLIN, David M., A

Century of Banking in Latin America, Oxford University Press, 1963; SCULLY, William, «Brazil, Its Provinces And Chief Cities: The Manners And Customs of The People», in *Agricultural, Commercial, And Other Statistics*, London, Murray & Co., 13, Paternoster Row., 1866; *The empire of Brazil at the Paris International Exhibition of 1867*, Rio de Janeiro, E. & H. Laemmert, 1867; *The Railway News*, May 20, 1865, p. 506; October 27, 1866, p. 442; June 3, 1866, p. 562; *The bankers Magazine, journal of the money market and commercial digest*, vol. XXV, vol. XXIII, January to December, 1863, pp. 638-639; January to December, 1865, pp. 842-843; vol. XXVII, January to December, 1867, pp. 67-68; VALÉRIO, Nuno (coord.), *História do Sistema Bancário Português*, vol. I: *Da Formação do Primeiro Banco Português à Assunção pelo Banco de Portugal das Funções de Banco Central. 1822-1931*, Lisboa, Banco de Portugal/Eurosistema, 2006.

DMF

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA DA COLÓNIA/PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE (1928-?)

São escassos os elementos disponíveis sobre a origem desta Caixa de Crédito Agrícola. Todavia, a fazer fé no último relatório a que tivemos acesso (de 1968), ela remontará a 1928. Nele se pode ler: «O crédito agrícola na Província [de Moçambique], na sua forma institucionalizada, data de 1928. Durante quarenta anos o organismo que o facultou não permitia, em regra, que os agricultores válidos encontrassem na Caixa de Crédito Agrícola o organismo capaz de lhes proporcionar, com a periodicidade e o volume necessários, o apoio financeiro indispensável à manutenção das suas explorações.» Consequentemente, os agricultores tiveram necessidade de recorrer aos bancos, não obstante as operações por eles praticadas nem sempre se coadunarem com a atividade agrícola, tendo-se

destacado o papel ali desempenhado pelo Banco Nacional Ultramarino* (*Caixa de Crédito Agrícola de Moçambique. Relatório e Contas do Ano de 1968*: 6). A ausência de relatórios das primeiras duas décadas da atividade da Caixa (1928-1947) não permite acompanhar a sua evolução nesse período, ao invés do que sucede no que toca aos dois decénios seguintes (1948-1968). De facto, apesar de muito sucintos, dos relatórios consultados podem tirar-se algumas ilações sobre o evoluir da instituição naquele período. Assim, em 1948-1949, a atividade da Caixa de Crédito Agrícola de Moçambique (CCAM), com sede em Lourenço Marques, exercia também a sua atividade nos distritos de Inhambane, Quelimane e Nampula. O lucro da gerência de 1948 foi de 108 646\$97 (*Relatório... 1948-1949*). O capital da